



1.<sup>a</sup> Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Lisboa

Finanças, Património e Recursos Humanos

5.<sup>a</sup> Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Lisboa

Descentralização e Obras Municipais

PARECER SOBRE A PROPOSTA N.º 365/2015

**(Submeter à Assembleia Municipal a autorização para aprovação da Proposta de Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia do Beato, e aprovação da respectiva minuta de contrato)**

Na sequência da entrada na Assembleia Municipal de Lisboa da Proposta n.º 365/2015 e da sua remessa pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal às comissões competentes em razão da matéria, a Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos e a Comissão Permanente de Descentralização e Obras Municipais deliberaram emitir o seu parecer conjunto, nos termos regimentais.

#### **I – Considerandos**

A Câmara Municipal de Lisboa submeteu à Assembleia Municipal uma proposta com vista à celebração de delegação de competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia do Beato.

No âmbito da implementação da reforma administrativa, transitaram recursos humanos e equipamentos para a Junta de Freguesia do Beato, no entanto, e conforme consta do Auto de efectivação da transferência da competência n.º 1/FFBEA/2014, de 10 Março, relativamente ao mercado da

Picheleira, a Câmara Municipal de Lisboa assumiu a gestão técnica do equipamento e a JFB a gestão operacional até acordo da CML com uma entidade que possa fazer a gestão do equipamento, através de acordo tripartido entre a CML, JFB e a entidade.

Para tanto, a JFB manifesta ser necessário realizar obras de beneficiação do edifício municipal do Mercado da Picheleira, de modo a garantir as devidas condições de venda e a melhoria da qualidade da oferta comercial disponibilizada à população local.

De acordo com o estipulado na Cláusula 5.<sup>a</sup> do contrato *sub judice*, a transferência dos recursos financeiros necessários ao exercício das competências delegadas consiste na transferência para a Freguesia do Beato de € 10.000,00.

Nos termos do artigo 23.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, constituem atribuições do Município de Lisboa, em articulação com as respectivas Freguesias, a promoção e salvaguarda dos interesses da sua população, designadamente nos domínios do espaço público e dos equipamentos urbanos.

Neste contexto, a Câmara Municipal de Lisboa e a Junta de Freguesia do Beato consideram de interesse mútuo e prioritário a manutenção e requalificação do Mercado em apreço, o que resulta, desde logo, da sua natureza, localização e do estado em que se encontram.

O contrato interadministrativo de delegação de competências em análise visa a realização de obras de beneficiação do edifício do mercado, propriedade municipal, constituindo o contrato interadministrativo de delegação de competências ora proposto o instrumento legal idóneo à execução pela JFB dessas obras, sendo a proposta acompanhada da respectiva minuta do contrato de delegação de competências.

É, neste contexto, que surge o contrato interadministrativo de delegação de competências ora proposto, o qual constitui o instrumento legal idóneo à execução pela Junta de Freguesia do Beato das intervenções acima referenciadas e que permitirá a concretização do objectivo comum supra explicitado, nomeadamente beneficiação do edifício municipal do Mercado da Picheleira, de modo a garantir as devidas condições de venda e a melhoria da qualidade da oferta comercial disponibilizada à população local,

prevendo o mesmo contrato, em conformidade com o disposto nos nºs 1, 2 e 5 do artigo 115.º, *ex vi* do artigo 122.º, ambos do regime jurídico da delegação de competências dos Municípios nas Freguesias, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Novembro, os recursos financeiros necessários ao exercício das competências delegadas (*vide* Cláusula 5.ª do contrato vertente).

Note-se ainda que a Proposta está instruída com os estudos previstos no n.º 3 do artigo 115.º, aplicável por remissão do n.º 2 do artigo 122.º, ambos do regime jurídico da delegação de competências dos Municípios nas Freguesias, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Novembro. Recorde-se que a Recomendação n.º 1/54 (subscrita pelo Bloco de Esquerda), aprovada por unanimidade pela AML em 27 de Janeiro de 2015, sugere à CML que instrua as propostas de delegações de competências com os referidos estudos.

Da celebração do contrato em análise, resulta ainda que a Junta de Freguesia do Beato promoverá a execução dos trabalhos correspondentes aos trabalhos acima explicitados, garantindo que os mesmos trabalhos serão realizados em estrita conformidade com as condições definidas pela Câmara Municipal de Lisboa em desenvolvimento do contrato a celebrar, promoverá os procedimentos pré-contratuais conducentes à realização dos trabalhos em questão, elaborando as peças procedimentais que sejam necessárias, sem prejuízo de a Câmara Municipal de Lisboa ficar obrigada a fornecer à Junta de Freguesia do Beato o apoio técnico necessário na elaboração do Projecto, na preparação do procedimento pré-contratual e na execução do projecto, e apresentará relatórios à Câmara Municipal de Lisboa com explicitação dos resultados alcançados e respectivos documentos justificativos da despesa.

## **II – CONCLUSÕES**

Analizada a proposta de contrato de delegação de competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia do Beato, bem como os documentos anexos, a Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos e a Comissão de Descentralização e Obras Municipais da Assembleia Municipal de Lisboa deliberam que a proposta ora em apreço está em condições de ser discutida e votada em plenário, reservando as forças

políticas representadas na Comissão para esse momento a expressão das respectivas opiniões.

Mais recomendam que os relatórios de execução referidos no contrato sejam remetidos pela Câmara Municipal à Assembleia Municipal, no quadro das suas tarefas de acompanhamento e fiscalização.

A apreciação cumpriu o prazo fixado pela Presidente da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no artigo 75.º do Regimento para a emissão de parecer.

### **III – ANEXOS**

Os signatários consideraram desnecessária a junção ao presente parecer de quaisquer elementos documentais, nem tal foi solicitado por qualquer Deputado ou Grupo Municipal.

Este parecer foi aprovado por unanimidade dos Grupos Municipais e Deputados Independentes representados ou pertencentes nas/às Comissões.

Assembleia Municipal de Lisboa, 13 de Julho de 2015

A Presidente da 1.ª Comissão

(Irene Lopes)

O Deputado-Relator

O Presidente da 5.ª Comissão

(Miguel Coelho)

A Deputada-Relatora

(João de Magalhães Pereira)

(Sofia Oliveira Dias)